

Ata da 236ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio de videoconferência, nos dias 04 a 07 de fevereiro de 2021, Gestão 2020-2023 –  
*Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.*

1 Nos dias quatro a sete de fevereiro de dois mil e vinte e um, reuniram-se, por meio de  
2 videoconferência (Plataforma Teams), as conselheiras constantes da lista de presença em termo  
3 próprio, para participarem da 236ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, conforme  
4 convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 01/21, de 14 de janeiro de 2021.  
5 Estiveram presentes em todos os dias e horários à reunião as(o) seguintes conselheiras(o): Maria  
6 Elizabeth Santana Borges (Conselheira presidente); Maria Rocha (Conselheira vice-  
7 presidente); Dácia Teles (Conselheira 1ª secretária); Kelly Melatti (Conselheira 1ª tesoureira);  
8 Francielli Borsato (Conselheira 2ª tesoureira); Lylia Rojas (Membra do Conselho Fiscal);  
9 Alessandra Dias (Membra do Conselho Fiscal); Elaine Pelaez (Conselheira 1ª Suplente); Carla  
10 Pereira (Conselheira 2ª Suplente); Dilma Franklin (Conselheira 5ª Suplente); Emilly Tenório  
11 (Conselheira 6ª Suplente); Ruth Bittencourt (Conselheira 7ª Suplente); e Eunice Damasceno  
12 (Conselheira 8ª Suplente). Participaram sem prejuízo nos demais dias de Pleno, mas com faltas  
13 justificadas, conforme seguem descritas por dia de evento as/os seguintes conselheiras/o: no  
14 dia 04 (quinta-feira) por representação externa ao Cfess, Priscilla Cordeiro (Membra do  
15 Conselho Fiscal) e Agnaldo Knevitz (Conselheiro 4º Suplente); no dia 05 (sexta-feira): Agnaldo  
16 Knevitz (Conselheiro 4º Suplente) devido ao vínculo de trabalho, Daniela Moller (Conselheira  
17 2ª secretária) por situação de saúde; e Kênia Figueiredo (Conselheira 9ª Suplente) por situação  
18 familiar; no dia 06 (sábado) por compromisso de atividade política externa ao Cfess,  
19 previamente agendada, Mauricléia Soares dos Santos (Conselheira 3ª Suplente). Também  
20 participaram do encontro de modo alternado, conforme as pautas: assessorias especiais Cristina  
21 Abreu e Zenite Bodega; assessorias jurídicas Érika Medeiros, Sylvia Terra e Vitor Alencar;  
22 assessoria de comunicação: Diogo Adjuto; e a trabalhadora Sandra Sempé. No dia quatro de  
23 fevereiro, a partir das dezenove horas e quinze minutos (19h15min), os trabalhos foram abertos  
24 pela Presidenta que destacou o fato de ser o primeiro Pleno de 2021, que se apresenta como  
25 mais um ano que exigirá trabalho intenso da entidade frente à continuidade da crise sanitária,  
26 social, econômica e política no país. Como decorrência merecerá atenção do coletivo a  
27 organização das ações prioritárias apontadas no planejamento/ plano de metas construído pela  
28 gestão para o ano corrente. Logo após, a pauta foi lida e aprovada com alteração a partir do  
29 pedido da Comissão de Orientação e Fiscalização de inversão com a Comissão de Formação do

30 dia e horários de apresentação dos seus respectivos assuntos. Outro ponto registrado foi a  
31 solicitação da assessora jurídica Érika que em razão de disciplinas do doutoramento para que  
32 os pontos das comissões que assessora não fossem pautados nesse dia da semana. Na sequência,  
33 foram definidas as coordenações e relatorias por dia de reunião. Na sequência, a presidenta  
34 iniciou a discussão do texto sobre Supervisão de Estágio que foi seguido de debate conjuntural  
35 sobre a matéria e encaminhamentos no âmbito do Cfess. Cumpre registrar que o documento  
36 “*Supervisão de Estágio em Tempo de Pandemia: Orientações para Serviços de Fiscalização e*  
37 *Coordenações de Estágio*”, fruto de discussões que vem ocorrendo na gestão desde março/2020  
38 em função da suspensão das atividades acadêmicas presenciais, incluindo o estágio  
39 supervisionado e que tem gerado inúmeras consultas ao Cfess e aos Regionais acerca do  
40 posicionamento das entidades sobre a supervisão de estágio na modalidade do ensino remoto  
41 emergencial (ERE). Esse documento foi aprimorado a partir de discussões internas e diálogos  
42 com parceiras/os do campo acadêmico, além de dialogar com as questões/ dúvidas apresentadas  
43 ao longo desse período, advindas de estudantes (na grande maioria), mas também dos Cress,  
44 coordenações de estágio e instituições campo de estágio. Em relação ao documento, são  
45 destacados os principais pontos: i) não flexibilização dos princípios que balizam a compreensão  
46 da atribuição profissional de supervisão de estágio; ii) o caráter dialógico da supervisão que  
47 envolve a supervisão acadêmica, de campo e estudantes; iii) as atribuições diferenciadas de  
48 cada sujeito, demarcando explicitamente as competências e limites das entidades de  
49 fiscalização; iv) o reconhecimento de que o ensino remoto, instituído no momento, tem o caráter  
50 de excepcionalidade e, como tal deve ser tratado; v) a reafirmação do posicionamento crítico  
51 do Conjunto Cfess/ Cress em relação à modalidade de EaD; vi) são também explicitadas as  
52 responsabilidades de supervisores acadêmicos, de campo e das coordenações de estágio,  
53 previstas nas normativas existentes que determinam a verificação das reais condições de  
54 realização do estágio, verificação que deve se manter, considerando-se, entretanto, a  
55 excepcionalidade do momento; vii) tais decisões em relação à viabilidade de realização dos  
56 estágios vai implicar no exercício da autonomia profissional, na leitura da realidade concreta  
57 de forma a permitir manejo na organização das atividades referentes à supervisão de estágio  
58 por parte de assistentes sociais; viii) a imprescindibilidade de elaboração coletiva dos planos  
59 de estágio, como um componente central na organização do processo de estágio supervisionado,  
60 contemplando o registro das condições, limites e adequações determinadas pelas atuais  
61 circunstâncias. Após apresentação foi aberta a discussão, sendo o documento acatado, avaliado  
62 como de grande relevância, sendo destacado o processo de elaboração e o resultado exitoso

63 tanto na forma de redação quanto ao conteúdo. Destaca-se a sua importância enquanto um  
64 documento de caráter reflexivo, mas também como um documento norteador das ações  
65 profissionais, que inclusive, extrapola o âmbito da supervisão de estágio, podendo subsidiar o  
66 trabalho de assistentes sociais nas diferentes áreas na medida em que está posta centralmente a  
67 reflexão sobre autonomia profissional em determinada direção ético-política-profissional. Foi  
68 ponderado pela assessoria jurídica quanto à necessidade de ser elaborada uma Resolução do  
69 Cfess para determinar a suspensão de prazos previstos na Resolução CFESS nº 533, de 29 de  
70 setembro de 2008 até que as condições sanitárias permitam o retorno das atividades presenciais  
71 (a exemplo do que foi feito em relação à suspensão dos prazos dos processos éticos em  
72 tramitação nos Cress e no Cfess). Tendo em vista a parceria histórica com a Abepss e  
73 principalmente pelo conteúdo, a síntese do documento será apresentado previamente em  
74 reunião já agendada entre as entidades para o dia 18/2. Por fim, quanto ao prazo de 30 dias  
75 estabelecido na Resolução 533 para envio de comunicação pelas IES aos Cress em relação aos  
76 campos de estágio e respectivos estudantes e supervisoras/ES, após ampla discussão foi  
77 destacado quanto a necessidade de se repensar esse prazo, de modo a adequá-lo à realidade das  
78 IES e também possibilitar que os Cress trabalhem com mais segurança na aplicação das  
79 normativas do Cfess. Encaminhamentos: 1. Proceder a expedição de Resolução com a decisão  
80 por consenso quanto a suspensão de prazos e aplicação de multas (previsões estabelecidas nas  
81 Resoluções Cfess 533 e 568) com efeito retroativo a março/20 – responsável: Érika; 2.  
82 Apresentar o documento na reunião com a Abepss em 18/02 - responsável: Ruth/ coord.  
83 comissão de formação; 3. Realizar revisão do documento e encaminhar para diagramação  
84 (externa) com definição de plano de divulgação do documento pela Comunicação - responsável:  
85 Assessoria de comunicação; 4. Realizar estudo quanto a necessidade de ampliação do prazo de  
86 30 dias, disposto na Resolução 533, para que as IES informem aos Cress os dados sobre os  
87 campos de estágio - responsável: Cofi e Comissão de formação. A reunião foi encerrada às  
88 vinte e uma horas e trinta minuto (21h30min). Na tarde do dia cinco de fevereiro, o Pleno foi  
89 reiniciado sob a coordenação da conselheira Maria Rocha às quatorze horas (14h) que iniciou  
90 com o momento dos informes. Sobre a mesa acerca do “Movimento Estudantil e Formação  
91 Profissional: Em defesa da formação profissional em Serviço Social - a articulação com as  
92 entidades do Conjunto CFESS/CRESS” no dia vinte e nove de janeiro às dezesseis horas que  
93 ocorreu no evento Coress Extraordinário da Região 3 da Enesso (AL/BA/SE), foi informado  
94 que havia indicativo inicial sobre a indisponibilidade de agenda (Ofício Cfess 32/21), no

95 entanto, a conselheira Beth enviou um texto de saudação, que foi lido pela coordenadora da  
96 mesa representante da Enesso. Também foram trazidos informes do Fórum dos Conselhos de  
97 Profissões Regulamentadas (Conselhão), que a atual gestão do Cfess participou somente de  
98 uma reunião em maio/2020. Após amplo debate acerca da natureza desse espaço e as trocas que  
99 possibilita foi encaminhado que o Cfess retome a participação das reuniões desse Fórum,  
100 inclusive com solicitação de ingresso num grupo no *Whatsapp* onde tem sido realizada troca de  
101 informações e atualizações acerca do “Conselhão”. Será formalizado que a representação do  
102 Cfess nesse espaço será realizada por Beth Borges, Maria Rocha e Vitor Alencar, cujos nomes  
103 foram encaminhados em 03/02/2021 por meio de ofício. Encaminhamentos: O Cfess retomará  
104 a participação regular nesse Fórum. Haverá reunião em 23/02 e contará com a representação do  
105 assessor jurídico Vitor Alencar. Logo após, a conselheira Elaine Pelaez trouxe alguns informes:  
106 1) Ela foi convidada para ser co-autora em artigo/capítulo “O Sistema Único de Saúde no  
107 enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, Covid-19”, integrante do livro “A pandemia  
108 do novo coronavírus, Covid-19: trabalho, serviço social e saúde do/a trabalhador/a”, a ser  
109 lançado em 2021, como resultado da participação em curso de extensão no qual representou o  
110 CFESS em 2020; 2) Disse que as reuniões da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde  
111 (MD/CNS) passaram a ocorrer de forma híbrida, os encontros são quinzenais e alternam entre  
112 presencial e por meio de plataformas virtuais na sede do CNS em Brasília, sendo possível a  
113 participação remota das/os membras/os que assim desejarem. Por fim, ela informou que  
114 participou de reuniões de forma remota nos meses de dezembro/2020 e janeiro/2021, mas que  
115 em fevereiro pretende participar presencialmente, pois a reunião ocorrerá extraordinariamente  
116 na Fiocruz do Rio de Janeiro, sendo certo que seguirá todas as recomendações sanitárias. Na  
117 sequência, as conselheiras Ruth Bittencourt, e Lylia Rojas e a assessora especial Cristina Abreu  
118 do Grupo de Trabalho para organização do Congresso Brasileira de Assistentes Sociais (GT  
119 CBAS) informaram quanto as trocas efetuadas por meio eletrônico por parte do Cfess. Foi dito  
120 que a Comissão Organizadora é representada por quatro entidades: Cfess, Abepss, Enesso e o  
121 Cress do Estado que sediará o evento, dentre estas, a ABEPSS responde oficialmente pela conta  
122 bancária do evento. Foi explicado que o CBAS é autofinanciado, mas que em edições anteriores  
123 a 2019 era superavitário, no entanto, nesse último Congresso, as inscrições não pagaram os  
124 custos, sendo necessário usar o valor reserva da conta. Há duas situações que podem ter  
125 influenciado nesse balanço financeiro, pois o valor da inscrição foi mantido e o tamanho do  
126 evento ampliado para buscar abranger mais participantes, no entanto, observou-se que a  
127 estratégia não garantiu o aumento de participantes, que comparado as edições anteriores não

128 atingiu o impacto esperado, mas cabe ressaltar que o CBAS é um espaço de disputa de projetos  
129 da profissão, ainda que para grande parcela da categoria se constitua espaço de formação. Essas  
130 duas questões devem ser o norte da estrutura para se pensar o próximo CBAS.  
131 Encaminhamentos: 1) Formalizar a Comissão Organizadora; 2) Reunião com a ABEPSS, em  
132 dia 18/02 (representantes do Cfess e da Abepss) para avaliação do último CBAS, considerando  
133 aspectos relacionados ao planejamento do evento tais como: os estados que podem comportar  
134 o evento; a empresa a ser contratada, articulação com outros espaços parceiros - universidades;  
135 malha aviária, rede hoteleira; número de participantes dentre outros. Logo após foi iniciado o  
136 ponto do CONSELHO FISCAL que tratou da aprovação do balancete de dezembro de 2020 e  
137 da primeira reformulação orçamentária do CFESS para o exercício de 2021, cujas análises e  
138 proposições foram aprovadas pelo Conselho Pleno. Encaminhamentos: 1) Analisar e orientar  
139 quanto ao papel do Conselho Fiscal na sua relação com os Cress a partir da nova orientação de  
140 prestação de contas do TCU; 2) Discutir a relação que será estabelecida entre a Comissão  
141 Especial e o Conselho fiscal, considerando a mudança da configuração de prestação de contas;  
142 e 3) Estabelecer orientação formal aos Cress sobre o papel do Conselho Fiscal e de suas funções.  
143 Na sequência, foi iniciada a COMISSÃO DE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO. O primeiro  
144 ponto tratou da 1) Composição do GT Nacional de Procedimentos de Inscrição – no eixo Adm-  
145 fin, tema 9 (nove), há a deliberação: “*Dar continuidade ao GT Nacional de Procedimentos de*  
146 *Inscrição, com participação dos conselheiros/as e funcionários/as dos Cress por Região e o*  
147 *Cfess, para a revisão de todo o processo de registro (pessoa física, jurídica e responsável*  
148 *técnico), considerando a necessidade de unidade dos fluxos e procedimentos, bem como as*  
149 *realidades objetivas de cada Cress*”. Em 2020, na comissão Adm-Fin foi definido o adiamento  
150 do início dos trabalhos do GT Inscrição devido a pandemia e a natureza da tarefa, no entanto,  
151 dado o tempo transposto, há a necessidade de retomar os trabalhos, pois há muitas demandas  
152 para serem tratadas, com isso, foi definida a representação do Cfess que contará com membras  
153 das comissões Adm-Fin (Dácia e Kelly), Formação Profissional (será definido em 10/02 quando  
154 haverá reunião) e da Orientação e Fiscalização (Maria). Também foi recuperado os Regionais  
155 que também compõem esse GT: Região Norte – Cress 15ª Região – Amazonas; 2) Região  
156 Nordeste – Cress 5ª Região – Bahia; 3) Região Centro-Oeste – Cress 20ª Região – Mato Grosso;  
157 4) Região Sudeste – Cress 9ª Região – São Paulo; 5) Região Sul – CRESS 12ª Região – Santa  
158 Catarina. Encaminhamento: Enviar ofício aos Cress para solicitar indicação dos representantes  
159 que compõem o GT (responsável: Sandra). O ponto seguinte se referiu a Avaliação da

160 Resolução CFESS 942/20 que, em caráter excepcional, para o exercício 2020, autorizou a  
161 extensão de prazos para o pagamento das anuidades de pessoa física e de pessoa jurídica devido  
162 a pandemia. O assessor contábil Vilmar informou que foi realizado acompanhamento mensal  
163 da evolução das receitas e despesas dos Cress e que o balancete de dezembro mostrou que,  
164 embora alguns Regionais tenham arrecadado um valor menor em comparação ao ano de 2019,  
165 a maioria manteve ou aumentou a receita. Desse modo, é necessário decidir se haverá  
166 prorrogação dos prazos também em 2021. Encaminhamentos: Enviar ofício de consulta aos  
167 Cress sobre os impactos da resolução 942 ao longo do exercício de 2020 para subsidiar junto  
168 com as informações uma decisão no pleno de março (Kelly e Antônio). Outro ponto que  
169 também foi avaliado é se a retirada de juros e multas se dará por meio de requerimento, pois  
170 isso impacta na geração de boletos para o pagamento por parte da categoria. Foram dados  
171 informes quanto a retomada dos trabalhos da Pesquisa Perfil profissional e que houve no dia  
172 02/02 reunião com as professoras convidadas para analisar os dados estatísticos levantados.  
173 Cumpre registrar que Ivanete Boschetti, Joaquina Barata, Rachel Raichellis e Rosa Predes  
174 integraram a comissão de concepção da pesquisa, assim, a comissão atual recorreu àquele grupo  
175 para finalizar as análises e entregar o relatório para a categoria. Nessa reunião, estiveram  
176 representando o Cfess as conselheiras Kelly, Dácia, Ruth e Beth e também contou com a  
177 participação na reunião das assessoras Adriane e Cristina. Também foram trazidas informações  
178 quanto ao Sistema voto online: 1) O edital para a 2ª convocação das eleições extraordinária da  
179 Seccional Campinas/CRESS-SP foi publicado; 2) Uma nova empresa responsável pelo voto  
180 online foi contratada por meio de processo de licitação, uma vez que o contrato anterior  
181 encerrou; 3) A divulgação das informações sobre as eleições eram realizadas em um site  
182 desenvolvido pela empresa Scytl, cujo contrato da prestação de serviços finalizou, por isso, foi  
183 feito pelo Cfess uma solicitação para a empresa ceder esse domínio e uso. Encaminhamentos:  
184 Indicativo da Adm-Fin de inserir nos próximos contratos celebrados, o direito do Cfess receber  
185 os sistemas desenvolvidos como parte da prestação de serviços, definir as consequências e  
186 limitação dos custos para se resguardar em caso de ocorrer intercorrências, como por exemplo,  
187 o processo eleitoral não acontecer. Por fim, foi apresentada MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº  
188 04/21 pelo assessor jurídico Vitor Alencar referente a pedido de isenção dos valores das  
189 anuidades de 2018 e 2019 (proporcional) indeferido pelo CRESS/MG, com isso, foi  
190 apresentado RECURSO ADMINISTRATIVO 01/2021 ao Cfess. O caso foi analisado e acatado  
191 o parecer jurídico favorável ao provimento do recurso administrativo para isentar a assistente  
192 social das anuidades devidas de 2018 e 2019 (proporcional até 30 de abril). Como parte do

193 debate, foi identificada a necessidade de melhoria da normativa que orienta quanto às  
194 solicitações de isenção e interrupção, logo, deverá ser apreciada pelo GT Nacional de Inscrição.  
195 Encaminhamento: Enviar ofício ao Cress e para a profissional com a cópia da Manifestação  
196 jurídica (Ester). A COMISSÃO DE FORMAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS iniciou  
197 com apresentação da prestação de contas realizada pela Abepss referente ao Termo de Fomento  
198 Cfess n. 04/2019, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que dada a conformidade foi  
199 aprovada pelo Pleno. Encaminhamento: Formalizar para a entidade que a prestação de contas  
200 foi aprovada e que o Termo de Fomento Cfess n. 04/2019 foi encerrado (responsável: Cristina).  
201 Ainda sobre a Abepss foi informado que haverá reunião no dia 18/02, às 16h, para tratar das  
202 relações institucionais entre as entidades, como a regionalização da discussão do Fórum e a  
203 organização do CBAS dentre outros assuntos. Também foi falado que há previsão de se realizar  
204 no mês de março a segunda reunião com as Comissões de Formação dos Regionais. Por fim,  
205 foi trazido que a Comissão Ampliada de Relações Internacionais se reunirá no dia 24/02,  
206 quando estabelecerá o cronograma de reuniões para o ano de 2021 e planejará a retomada de  
207 levantamento da documentação que resgata a inserção do Cfess no cenário internacional que  
208 foi iniciado pela ex-conselheira Tânia Diniz. Com isso, o Pleno foi encerrado às dezoito horas  
209 (18h). Na manhã de sábado, dia 06/02, o Pleno foi retomado às nove horas (09h) sob a  
210 coordenação de Priscilla Cordeiro. A sessão foi aberta com a DIRETORIA EXECUTIVA que  
211 iniciou com pontos trazidos pela Presidência. Assim, Beth Borges falou do calendário e do  
212 edital do processo eleitoral de Campinas, contidos na Manifestação Jurídica nº 100/2020-V,  
213 que foi apreciada no dia anterior, conforme prévio registro. Foi dito pela Presidenta da  
214 Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Ruth Bittencourt, que a Comissão Regional Eleitoral  
215 (CRE) – SP enviou ofício ao Cfess onde informou que dentro do prazo estabelecido no  
216 calendário eleitoral não houve inscrição de chapas para concorrer às eleições. Diante disso, o  
217 assessor jurídico Vitor explicou que este ciclo está encerrado de acordo com a Resolução  
218 vigente e cabe à gestão do Cfess reiniciar uma nova convocação. As implicações desse processo  
219 foram amplamente debatidas, considerando tanto os aspectos políticos quanto administrativos,  
220 também foram informadas as iniciativas do Cress/SP para mobilizar a categoria para o pleito,  
221 considerando a votação *online*, *ausência de quórum* e dificuldade para a  
222 formação/recomposição de chapa. Encaminhamentos: 1) Necessidade de retomar a discussão  
223 sobre o papel das Seccionais em geral; 2) Conversa política com a direção do Cress SP sobre  
224 este processo eleitoral (Responsável: Beth). Na sequência foi tratada a Composição da

225 Comissão Permanente do Trabalho (CPT) que atualmente é composta pelas conselheiras Dacia  
226 Teles, Mauricleia Soares e Elizabeth Borges, esta última informou que o grupo atuou no  
227 formato de Grupo de Gestão do Trabalho (GT) que dentre outras ações, realizou avaliação da  
228 organização do trabalho no âmbito do Cfess, quando foram ouvidos todas/os trabalhadoras/res,  
229 sendo identificada a necessidade de redefinir a estrutura administrativa como também rever e  
230 redefinir os fluxos, ou seja, o trabalho desse GT foi concluído com a realização dessas  
231 atividades e a entrega do relatório com as descrições e análises. Daí em diante, o trabalho nesse  
232 campo será conduzido pela Comissão Permanente de Trabalho. Devido à natureza e atribuições  
233 da CPT, Beth informa que não continuará na composição, pois avaliou que em alguns  
234 momentos o lugar de ordenadora de despesa restringe alguns debates. Por isso, a Plenária foi  
235 consultada sobre interesse em compor e a conselheira Daniela Moller se colocou disponível  
236 para ingressar na Comissão. Também foi informado que Diogo, Lucas e Sandra fazem parte da  
237 CPT como representantes das/dos trabalhadoras/res, eles se reunirão em março para discutir  
238 essa representação e informarão se permanecem ou se haverá alteração. Encaminhamento:  
239 Expedir Portaria com a nova composição da CPT tão logo todas as representações estejam  
240 indicadas (responsável: Sandra). Na sequência, Sandra falou dos convites recebidos desde  
241 janeiro/21; informou que a maioria dos encaminhamentos decorrentes deles foram feitos através  
242 de trocas no e-mail, o que possibilitou as respostas enviadas pelo Cfess: 1) Reunião virtual, para  
243 tratar das condições de trabalho das/os assistentes sociais que atuam no Tribunal de Justiça de  
244 Minas Gerais/TJMG, realizada em 26/1, com participação da conselheira Carla Pereira; 2)  
245 Região 3 da Enesso para o Coress (virtual), para compor a mesa “Em defesa da formação  
246 profissional em Serviço Social: a articulação com as entidades do Conjunto CFESS/CRESS”,  
247 realizada em 29/1, diante da impossibilidade de participação devido a conflito de agenda, foi  
248 encaminhado texto sobre o tema, elaborado pela conselheira Elizabeth; 3) Reunião Sistema  
249 ONU e Associações e Coletivos de Usuários e/ou Familiares do Campo da Saúde Mental,  
250 realizada em 25/1, com participação da ex-conselheira do Cfess, Régia Prado, que acompanha  
251 a temática; e 4) A Secretaria Municipal de Educação de Belém convidou para reunião virtual  
252 sobre a regulamentação da Lei nº 13.935/2019 e da implementação dos serviços de Psicologia  
253 e Serviço Social na rede pública de educação básica, no município, realizada em 29/1, com a  
254 participação da conselheira Maria. Também foram trazidos os convites que ainda não foram  
255 respondidos e que requisitam a indicação de representação do Cfess: 1) CRESS-MG convidou  
256 a conselheira Maria para Encontro Estadual da COFI para debater sobre "Os impactos e as  
257 perspectivas de atuação da COFI neste cenário de trabalho mediado pelas tecnologias e do



258 cenário pandêmico", que será realizado em 22/2. Confirmar a participação da conselheira  
259 Maria; 2) CRESS-PB convidou para a atividade “Demandas judiciais aos/as Assistentes Sociais  
260 do SUAS: reflexões e encaminhamentos”, que será em 3/3. Confirmar a participação da  
261 conselheira Priscilla; 3) CRESS-SC convidou para discutir sobre “Formulário de Avaliação de  
262 Risco (FRIDA)”, sugerindo a data de 5/3. A Cofi discutiu este convite e encaminhou que cabe  
263 fazer um contato prévio com o Cress para entender melhor o contexto da demanda e após isso  
264 decidirão como responder. Encaminhamentos: 1) Responder aos CRESS MG e PB com nomes  
265 das conselheiras indicadas (responsável: Sandra); 2. Contato com a Cofi/ Cress-SC  
266 (responsável: Cristina). O ponto seguinte tratou sobre a Lei Geral de Proteção de Dados  
267 (LGPD), por isso, foi informado sobre a solicitação de informações através de formulário às  
268 unidades administrativas do Cfess, comissões e outras instâncias, cujo objetivo é a identificação  
269 dos procedimentos e de acesso a dados pessoais e a dados sensíveis. Esse levantamento norteará  
270 algumas decisões relacionadas a adoção de procedimentos necessários para o tratamento de  
271 dados, conforme as legislações (lei 13.709/2018 e lei 13.853/2019). O prazo para retorno das  
272 informações é 8/2, em caso de dúvidas, foi orientado escrever para o e-mail [lgpd@cfess.org.br](mailto:lgpd@cfess.org.br).  
273 Foi refletido que há dúvidas quanto a correlação entre essa legislação e a Lei de Acesso a  
274 Informação (LAI) que institui parâmetros sobre a transparência das atividades e informações  
275 que os órgãos públicos devem disponibilizar à sociedade. Como foi identificado que algumas  
276 das áreas não contavam com responsáveis pelo preenchimento dos dados, foi definido no Pleno,  
277 conforme seguem: 1) Conselho Pleno – Francieli; 2) Comissão de metodologia das reuniões  
278 descentralizadas, da plenária Nacional/Encontro Nacional – Kelly; 3) GT dos seminários e  
279 encontros de formação organizados pelo CFESS - Assessoras especiais; 4) Diretoria Executiva  
280 – Francieli; 5) Conselho Fiscal – Lyliá; 6) Comissão Especial – Francieli com apoio da Diretoria  
281 Executiva; 7) Informática - Wilson e Wesley; 8) Assessoria Jurídica – as assessoras e o  
282 assessor; 9) Assessoria Contábil – Vilmar; 10) Assessoria de Comunicação - Diogo e Rafael;  
283 11) Assessoria Especial – assessoras; 12) Assessoria de Tecnologia da Informação – Wesley;  
284 13) Comissão ADM-FIN – Carla; 14) Comissão de orientação e fiscalização – Maria; 15)  
285 Comissão de Ética e Direitos Humanos – Kelly; 16) Comissão de Seguridade – Elaine; 17)  
286 Comissão de Formação e Relações Internacionais – Ruth; 18) Comissão de Comunicação –  
287 Emily; 19) Comissão de Patrimônio - Antônio, Wilson e Maurício; 20) Comissão Nacional  
288 Eleitoral - Ruth e Carla; 21) Comissão Permanente de Transparência - Carla, Rodrigo; 22)  
289 Comissão gestora do fundo nacional de apoio - Mauricleia, Priscila, Dilma e Antônio; 23)

290 Comissão de Gestão do Trabalho/ Comissão Permanente de Trabalho - Mauricleia, Dacia e  
291 Daniela; 24) Grupo de trabalho do sistema de votação *online* - Carla, Ruth e Adriane; 25) Grupo  
292 de trabalho da emissão de DIP – Adriane, Kelly e Dácia. Com a definição de alguns dos  
293 responsáveis durante o Pleno foi indicado aumento de prazo a ser analisado pelo GT, que  
294 sugerirá uma data que não impacte o cronograma planejado. Encaminhamentos: O GT LGPD  
295 informará novo prazo para retorno das informações. Logo após, a Tesouraria iniciou com o  
296 ponto do Relatório de Gestão 2020 e foram informadas todas as providências realizadas para  
297 elaboração do relatório em conformidade com as orientações e elementos dispostos na DN  
298 187/2020 emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Também foi explicado que o atual  
299 modelo sugerido pelo TCU torna o relatório mais simplificado, mas que cada Comissão deverá  
300 preencher o formulário enviado pelo grupo responsável (Kelly, Emilly e Cristina) com  
301 solicitação dos dados que são necessários para elaborar o documento. Foram sugeridas e  
302 acatadas a data de 22/2 para retorno das informações por parte das comissões do Cfess e pelos  
303 Cress, a estrutura apresentada para o Relatório de Gestão 2020 e os formulários para coleta dos  
304 dados. Encaminhamentos: O GT enviará: 1) os formulários para as comissões do Cfess e para  
305 os Cress com todas as explicações e prazos definidos; 2) os formulários contendo os Projetos/  
306 Atividades previstas no Plano de Ação/Metas para 2020 para cada comissão. Sobre a prestação  
307 de contas do CRESS-AM, inicialmente, foi recuperado que o recurso repassado ao Regional se  
308 deve a decisão judicial que obrigou o Cfess a pagar a remuneração da agente fiscal que foi  
309 transferida do Paraná para Amazonas, assim, o Cress realizou os pagamentos com as devidas  
310 prestações de contas e o Federal restituiu os valores e toda a documentação enviada foi  
311 analisada pela tesouraria do Cfess e se encontra em conformidade. Encaminhamento: Proceder  
312 manifestação do fiscal do contrato (responsável: Antônio). Foi apresentada a prestação de  
313 contas referente ao apoio financeiro aos Cress, que receberam repasse em 2020, assim, foi  
314 apresentada a situação de cada um destes Regionais (GO, PE e AP). Encaminhamentos: 1)  
315 Proceder a manifestação do fiscal do contrato sobre a prestação de contas recebida do Cress-  
316 GO (responsável: Antônio); 2) Acompanhar os Regionais AP e PE para envio de suas  
317 prestações de contas (Kelly e Fran). Foram aprofundadas algumas informações sobre a  
318 formalização do GT Pesquisa Cfess. Quanto as providências para continuidade/retomada da  
319 pesquisa, que inicialmente ratificou o convite para o grupo de professoras pesquisadoras  
320 definidas no início da pesquisa, assim, Ivanete Boschetti, Rosa Predes, Joaquina Barata e  
321 Raquel Raichellis confirmaram a disponibilidade em dar continuidade ao trabalho de análise  
322 dos dados, no entanto Ivete Simionato não pode aceitar por força maior. Em reunião virtual, no

323 dia 2/2, foi recuperado o histórico do que foi realizado até o momento e a sistematização de  
324 dados coletados (realizado pela empresa de estatística contratada). Também foram sinalizados  
325 alguns problemas que deverão ser considerados na análise dos dados; tais problemas se referem  
326 ao período de coleta e as interrupções, assim como em relação ao quantitativo de respondentes  
327 a ser considerado, tendo em vista que os dados foram levantados por meio da resposta à pesquisa  
328 (com questões mais abrangentes) e respostas às questões incluídas no cadastramento (mais  
329 restritas). As pesquisadoras avaliarão o material para daí elaborarem a proposta de continuidade  
330 do trabalho. Ficou definido o GT que acompanhará esse trabalho: as conselheiras Dácia, Kelly,  
331 Ruth, Elizabeth e Elaine com a assessora Adriane. Encaminhamentos: O GT assumirá as  
332 seguintes ações: 1) Envio do relatório elaborado pela empresa de estatística com a  
333 sistematização dos dados; 2) Agendamento de reunião entre o GT e as pesquisadoras ainda em  
334 fevereiro; 3) Elaborar um material com orientações para acesso aos dados que estão  
335 sistematizados em planilha excel, para ajudar as pesquisadoras no acesso aos dados; foi  
336 sugerido um vídeo “caseiro” com instruções. Sobre o relatório de gestão trimestral, foi  
337 apresentada proposta de formulário para adequação do Relatório de Gestão de 2021, que pelas  
338 novas normativas do TCU deverão ser entregues e atualizadas trimestralmente, conforme IN/  
339 TCU 84/2020. Esse formulário busca identificar os respectivos projetos e atividades descritas  
340 no Plano de Metas para 2021, destacando as ações previstas, metas, resultados, produtos e  
341 resultados gerados. Houve debate e algumas dúvidas foram suscitadas sendo respondidas pelas  
342 conselheiras Francieli e Maria que estão responsáveis pelo acompanhamento dos  
343 procedimentos. Por fim, foi apresentada proposta de Calendário Cfess para 2021 com a  
344 indicação das datas das reuniões do Conselho Pleno. Foi sugerida a inclusão do período de  
345 realização dos Encontros Descentralizados, entre 1º de julho e 1º de agosto, por isso, as datas  
346 sugeridas para o Pleno do mês de agosto foram alteradas e foi decidido que não será realizado  
347 Pleno no mês de julho. Também foi incluído o dia 17/2/21 como ponto facultativo para  
348 trabalhadoras/res do Cfess. Encaminhamentos: 1) Publicar o calendário no site do Cfess  
349 (responsável: Diogo e Rafael); 2) Dar ciência a todo o corpo do Conselho e enviar ofício para  
350 os Regionais com indicação dos Descentralizados e ratificando o encontro nacional  
351 (responsável: Sandra). Em seguida, foram apresentados os pontos de pauta da COMISSÃO DE  
352 ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COFI), o primeiro a ser tratado se referiu as informações  
353 relativas às atividades da fiscalização no âmbito dos Cress. Este ponto foi trazido ao debate em  
354 função de demanda recebida de um Regional que encaminha dúvidas em relação à continuidade

355 e rotina das atividades e de processos relativos à fiscalização profissional diante da suspensão  
356 de atividades presenciais nos Cress. Por outro lado, alguns questionamentos chegaram ao Cfess,  
357 advindos de assistentes sociais que continuam trabalhando presencialmente e relatam  
358 dificuldades em estabelecer contato com os Cress, para obter orientações e apoio em  
359 determinadas situações vivenciadas nos espaços de trabalho. A maioria das dificuldades se deve  
360 às condições de trabalho, tais como requisições indevidas/incompatíveis; falta de EPIs;  
361 interferência na autonomia profissional; dúvidas sobre supervisão de estágio, dúvidas sobre  
362 trabalho remoto, etc. Tais situações ocorrem, na sua maioria, nos espaços ocupacionais da saúde  
363 e da assistência social, considerados como serviços essenciais e, portanto, seguiram em  
364 funcionamento. No âmbito do Cfess, a Comissão ponderou os vários aspectos que envolvem a  
365 questão, entendendo que, embora haja a preocupação primordial com a segurança de  
366 trabalhadores/as (mais especificamente, agentes fiscais), existem demandas da categoria que  
367 devem ser atendidas e estas, por vezes, necessitam de intervenções presenciais. Nesse sentido,  
368 se impõe a necessidade de conjugação de ações que envolvem trabalhadores/as, as gestões das  
369 entidades e a categoria. Tem-se conhecimento de que os Cress se organizaram para atender a  
370 categoria de distintos modos, muito embora não saibamos em que medida as demandas estão  
371 sendo atendidas e de que forma. As assessoras especiais relatam que diariamente recebem por  
372 e-mail do Cfess, manifestações de descontentamento da categoria que encontra dificuldades de  
373 acesso e contato com os Regionais. Em decorrência, a Comissão entendeu como pertinente a  
374 elaboração de orientações gerais a todos os Cress, tendo como ponto de partida as questões  
375 advindas do Cress que realizou a consulta e também com base nas demandas e questionamentos  
376 que são direcionados diretamente ao Cfess. O documento a ser elaborado deve ser de orientação,  
377 mas também ter cunho reflexivo e de apoio às Cofis, ponderando a excepcionalidade do  
378 momento, porém destacando as atribuições e o papel da fiscalização do exercício profissional,  
379 que por sua vez, não se resume ao trabalho de agentes fiscais, mas envolve amplamente as  
380 gestões do Conjunto. Após debate, houve consenso de que o Cfess deve elaborar o documento  
381 na direção proposta e realizar reunião virtual com as Cofis dos Cress com o propósito de  
382 estabelecer diálogo e conhecer as diferentes experiências e efetuar avaliação quanto ao alcance  
383 do trabalho de orientação e fiscalização. Encaminhamentos: 1) A Cofi discutirá a elaboração  
384 do documento conforme as indicações, em sua próxima reunião, agendada para 19/2  
385 (responsável: Maria); 2) Encaminhar as providências para a realização de reunião com os Cress  
386 (responsável: Maria); 3) Sistematizar as demandas recebidas no Cfess encaminhadas por  
387 assistentes sociais que se relacionam às condições de trabalho durante a pandemia e que buscam

388 orientações (responsável: Cristina). Foi lido e discutido o PARECER JURÍDICO Nº 01/2021-  
389 E referente ao recurso administrativo CFESS nº 02/20 interposto pela Pontifícia Universidade  
390 Católica de Campinas (PUC Campinas), contrapondo-se à decisão do CRESS 9ª Região em  
391 razão de improcedência de pedido de impugnação de multa por esse Conselho Regional e  
392 solicitando prazo complementar para apresentação de razões. O parecer foi acatado.  
393 Encaminhamentos: 1) Remessa dos autos deste processo administrativo ao CRESS/SP, para  
394 que possa sanar a questão alegada pela recorrente e lhe encaminhar o Parecer da COFI do  
395 Regional, com os respectivos fundamentos da decisão de improcedência da impugnação da  
396 multa aplicada, restabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nova  
397 Notificação, para apresentação de recurso ao CFESS (responsável: Ester); 2) Enviar cópia do  
398 Parecer á recorrente PUC-Campinas (responsável: Ester). Findo esse ponto, foi iniciado o  
399 intervalo para o almoço, quando do retorno, a sessão foi retomada sob a coordenação de Carla  
400 Pereira, que abriu a fala para a COMISSÃO DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS (CEDH).  
401 O primeiro ponto foi sobre o projeto Ética em Movimento, a conselheira Kelly falou acerca da  
402 demanda enviada por vários Cress acerca das dificuldades encontradas no que se refere à  
403 multiplicação do curso ética em movimento, mesmo em modalidade online, no prazo  
404 inicialmente, indicado pelo Cfess que foi fevereiro/2021. De modo comum, em razão da  
405 pandemia, justificam a impossibilidade de realização das atividades presenciais e trazem outras  
406 demandas urgentes do conselho, das estruturas necessárias para oferecer um curso dessa  
407 importância em meio remoto, dentre outras questões. Com isso, o grupo de multiplicadores/as  
408 do curso realizado em 2019 se reuniu e ratificou essas informações, solicitando uma dilatação  
409 de prazo para a realização da multiplicação no ano de 2021. A CEDH discutiu e avaliou que os  
410 pontos indicados pelos Cress são relevantes, dada a permanência do estado de Pandemia, por  
411 isso, opina por acatar a reivindicação dos Cress e do grupo de agentes multiplicadores e indica  
412 que a multiplicação, excepcionalmente, poderá ocorrer 100% presencial (a critério da avaliação  
413 de cada regional) e deverá acontecer até 31/10/2021, com envio de relatório final da  
414 multiplicação até 30/11/2021. Também, foi solicitada a disponibilidade dos quatro cadernos do  
415 curso em meio virtual (PDF) no site do Cfess, pois se a multiplicação acontecerá por meio de  
416 plataformas virtuais (online), essa é uma providência necessária. No âmbito da CEDH, foi feita  
417 uma avaliação positiva dessa demanda, considerando que, para além das multiplicações, o seu  
418 alcance se ampliou ao longo do tempo, tendo ampla visibilidade e aceitação da categoria em  
419 vários processos formativos. Dessa forma, a iniciativa de disponibilizar em PDF no site do

420 Cfess é interessante, sobretudo, em um ano destacado para comemorar 20 anos do projeto “Ética  
421 em Movimento”. Dessa forma, a Comissão opina por essa disponibilização, no entanto, é  
422 necessário, consultar as quatro autoras, pois o contrato prevê a reserva de direitos autorais e a  
423 disponibilização desse material implica nessa providência e encaminhamentos formais devido  
424 as cláusulas dos contratos. Esses pontos têm relação direta com a realização pelo Cfess do curso  
425 para agentes multiplicadores, previsto para o segundo semestre de 2021 sendo avaliado que se  
426 não tivermos as multiplicações em tempo razoável, não se torna viável a realização do curso  
427 para novos agentes multiplicadores, o que direcionou a decisão em estender o prazo,  
428 inicialmente, apenas até fevereiro/2021. No entanto, foi ponderado que não há previsão da  
429 pandemia se findar em 2021 e que o curso para agentes multiplicadores devido ao seu conteúdo,  
430 carga horária e a metodologia para desenvolver as reflexões propostas não é compatível com a  
431 modalidade virtual, por isso, a CEDH opina pelo cancelamento da edição do curso previsto para  
432 2021, considerando todo o contexto da pandemia e a inviabilidade de realização desse curso de  
433 forma não presencial. Encaminhamentos: 1) Sobre a realização do curso Ética em Movimento  
434 para Agentes Multiplicadores por parte do Cfess: deliberado o CANCELAMENTO da edição  
435 2021 (responsável: Kelly); 2) Sobre a dilatação do prazo para multiplicação do curso Ética em  
436 Movimento por parte dos Cress: deliberada a multiplicação ser 100% presencial (a critério da  
437 avaliação de cada regional) e que deverá acontecer até 31/10/2021 com envio de relatório final  
438 da multiplicação até 30/11/2021 (responsável: Adriane); 3) Sobre a disponibilização dos  
439 cadernos do “Ética em movimento” (4 módulos) em PDF no site do Cfess: acatado pelo Pleno  
440 com prévia consulta as autoras (responsável: Kelly); 4) Curso de especialização: sugestão de  
441 dialogar com ABEPSS para disponibilização de forma oficial dos cadernos (responsável: Ruth).  
442 Logo após, a assessora Sylvia Terra iniciou apresentação do parecer Jurídico 01/21 sobre  
443 desaforamento Cfess 05/2020, cunho **SIGILOSO**, trata-se de um PEDIDO DE  
444 DESAFORAMENTO CFESS de ATO de DESAGRAVO protocolizada perante Cress,  
445 Arguição e impedimento do CRESS da 11ª. Região, cuja origem é o CRESS da 11ª. Região. A  
446 assessora avalia que não cabe desaforamento em situações de desagravo público que em seu  
447 entendimento possui natureza de posicionamento político. Após discussão, o Pleno acatou o  
448 parecer com indeferimento do pedido de desaforamento de desagravo. Encaminhamento:  
449 Devolver ao Cress 11ª Região-PR com ofício para as providências cabíveis (responsável: Ester).  
450 Na sequência, também foi apresentado o PARECER JURÍDICO N.º 02/21, cunho **SIGILOSO**,  
451 referente a PEDIDO DE DESAFORAMENTO CFESS nº 05/20 de denúncia protocolizada  
452 perante Cress, arguição e impedimento do CRESS da 11ª. Região, processar e julgar a denúncia,

453 cuja origem é o CRESS 11ª. Região. Dado o teor e argumentos, a assessora opina pelo  
454 desaforamento da denúncia por atender aos dispostos nas resoluções vigentes sobre a matéria.  
455 Por todo o exposto, o Pleno acatou o pedido e determinou o desaforamento para o Cress 12ª  
456 Região – SC. Encaminhamento: Encaminhar processo e informações quanto a decisão e  
457 providencias para todas as partes, inclusive o denunciante (responsável: Ester). Por fim, foi feita  
458 a confirmação das conselheiras/o para o quórum de julgamentos de recursos éticos agendados  
459 para o dia 26/02/2021: 1) 10h, recurso 04/20, cuja origem é 1ª Região/PA sob a relatoria de  
460 Mauricleia; 2) 15h, recurso 05/20, cuja origem é 21ª Região sob a relatoria de Ruth. Os  
461 respectivos quóruns serão compostos na manhã por Beth, Mauricleia, Emilly, Elaine, Daniela  
462 e Kelly e à tarde por Maria, Ruth, Elaine, Daniela, Kelly e Mauricleia. A COMISSÃO DE  
463 COMUNICAÇÃO iniciou com o ponto relativo à agenda 2021, sendo informado que houve  
464 atraso por parte da gráfica que alegou como causa a pandemia de covid-19 (funcionários  
465 afastados devido a contaminação e problemas com a compra de insumos para fabricação do  
466 material), assim o prazo final de entrega será impactado. No entanto, foi informado que os  
467 quantitativos destinados aos CRESS do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Santa Catarina,  
468 Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins,  
469 Acre, Amapá e Roraima já foram despachados, devendo chegar até o dia 5 de fevereiro de 2021.  
470 Para os demais estados, a empresa informou que a previsão de chegada é até o dia 12 de  
471 fevereiro de 2021, podendo chegar antes. Foi ressaltada a importância de começar já o debate  
472 sobre a próxima agenda, que pode estar associada a Campanha do Cfess, mas a ideia é primeiro  
473 discutir na Comissão de Comunicação. Encaminhamento: 1) A distribuição das agendas  
474 inicialmente será realizada por Mauricio e posteriormente Vitorino (12/02); 2) Distribuição de  
475 livros conforme planilha elaborada para distribuição; 3) No próximo Pleno, a Comissão trará  
476 sugestões sobre a agenda 2022 e, além da Comunicação, será necessário definir um grupo para  
477 pensar o desenvolvimento da Campanha. Foi levantado o quantitativo de livros que estão no  
478 CFESS: Kit do Ética em Movimento: 1000; Código de ética: 3000; Código de ética trilingue:  
479 360; Combate ao racismo: 2150; Instrumento para fiscalização: 500; Comunidade terapêutica:  
480 250; Parâmetro Assistência: 200; EAD 2: 600; e EAD 1: 200. Ainda sobre os livros da  
481 Campanha do triênio Assistentes Sociais no combate ao racismo que também serão  
482 encaminhados para as convidadas que elaboraram textos para agenda e também para os  
483 representantes dos movimentos sociais que participaram da programação no Congresso  
484 Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 2019. Também foi dito que serão encaminhados

485 livros da Campanha para representantes dos movimentos negros do Rio de Janeiro que  
486 apoiaram o Cfess no lançamento da Campanha em 18/11/2018, conforme acordo feito com a  
487 gestão anterior. Sendo dito pela Comissão que também serão incluídos para receber o livro da  
488 Campanha as representações que participaram do seminário nacional de direitos humanos em  
489 Salvador. Encaminhamento: 1) Aproveitar a remessa das agendas para enviar para as pessoas  
490 que também tem direito ao livro (responsável: Mauricio); 2) Contatar a gestão anterior para  
491 recuperar lista de nomes das pessoas do Movimento Negro que contribuíram com o lançamento  
492 da Campanha no Rio de Janeiro em 2018 (responsável: Dácia). Logo após foi apresentada  
493 proposta de participação do CFESS no dia 8 de março sendo dito que cabe lembrar Campanha  
494 aprovada, envolvendo as comissões CEDH e Seguridade. Que haverá participação nas reuniões  
495 das mobilizações com entidades nacionais no dia 11/02 – 17h e que haverá a elaboração de um  
496 manifesto com prazo para socialização dia 07/03 e distintas ações até 14 de março.  
497 Encaminhamentos: Carta conjunta será divulgada pelo Cfess. Por fim, foi realizado debate das  
498 demandas das comissões para produção de vídeo, cuja proposta é trabalhar com diferentes  
499 linguagens, mas é necessário considerar que há um tempo de produção, desde a criação de um  
500 roteiro até o envio para a produção pela agência. Foi apresentado, como exemplo, a produção  
501 de vídeo sobre renda básica. Encaminhamento: Comissão de Comunicação apresentará  
502 proposta para utilizar novas ferramentas para todos os perfis da categoria, produção de vídeos,  
503 textos, podcast etc. A COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL apresentou uma série de  
504 informes dos acompanhamentos e incidências realizadas: 1) Lei da Educação - realizada reunião  
505 com os CRESS no dia 16/12/2021 onde foram indicadas estratégias para intensificar a  
506 articulação regional e envolvimento dos CRESS na implantação da lei: a) criação de grupo de  
507 WhatsApp com os CRESS, com o objetivo de ajudar na mobilização e socialização das  
508 informações; Todos os conselhos já indicaram representantes; b) Articulação regional por meio  
509 dos Fóruns de Formação e Trabalho Profissional; c) Intensificar articulação e representação das  
510 comissões Seguridade Social, COFI e Formação Profissional, com reunião conjunta das três  
511 comissões; d) Participação em atividades dos CRESS quando convidadas. Também foram  
512 realizadas duas reuniões com profissionais de referência na pauta em 2020. Estamos buscando  
513 estratégias para subsidiar a atuação na pauta e fortalecer articulações: a) planejamento com  
514 vistas a realizar novas reuniões com grupo que trabalha com o tema serviço social na educação  
515 básica, com CFESS, ABEPSS e profissionais de referência nas universidades e nas escolas,  
516 estudiosos e profissionais da área; b) elaboração de nova publicação/Brochura sobre atuação de  
517 assistentes sociais na educação básica; c) acompanhamento de projetos de Lei - PLs que tratam



518 da assistência estudantil e incidências para alterações. Também se falou sobre algumas Frentes  
519 de Ação: a) ações de mobilização com os Cress – Articulação das ações regionais; b) ações de  
520 acompanhamento da Coordenação Nacional que reúne Cfess, CFP, Abepss, Associação  
521 Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), Federação Nacional de Psicólogos (Fenapsi),  
522 Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee) – Articulação com  
523 entidades municipalistas, de defesa da educação, Cress e CRPs; c) ações de articulação com  
524 profissionais de referência nas universidades e nas escolas, estudiosos e profissionais da área –  
525 Realização de levantamentos, elaboração de subsídios e debates; d) ações em articulação com  
526 a Comissão de Comunicação do Cfess. A primeira reunião da coordenação nacional acontecerá  
527 dia 09/02 em que haverá representação do Cfess. Na sequência, foram apresentados pontos  
528 sobre o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) – foram realizadas reuniões com  
529 Fenasps, Conasf, Comissão de Reabilitação, Conselho Nacional de Justiça e INSS em 2020.  
530 Ações articuladas entre COFI e Seguridade Social. Foram relacionadas algumas tarefas que  
531 vem sendo realizadas: 1) Foi publicado o documento sobre produtividade; 2) Um documento  
532 sobre avaliação da pessoa com deficiência está em fase de elaboração; 3) Um documento sobre  
533 requisições do CNJ foi apresentado pela assessora jurídica. Encaminhamentos: Enviar ao CNJ  
534 resposta elaborada e aprovada pelo Pleno com envio de cópia à Federação Nacional Sind Trab  
535 Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - Fenasps e Comissão Nacional de  
536 Assistentes Sociais da Fenasps - Conasf para conhecimento. Também foram descritas algumas  
537 ações de articulação a serem intensificadas: a) reunião com os Cress sobre pauta INSS para  
538 pensar em ações nos estados e o que compete aos Regionais e como atuarmos enquanto  
539 conjunto; b) reunião com Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência-Conade  
540 e Comissão de Pessoas com Deficiência/Conselho Nacional de Saúde para debater avaliação da  
541 deficiência/testagem do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado- IFBr-M, que é um  
542 instrumento de testagem que é validável; c) reunião com a Procuradoria Federal dos Direitos  
543 do Cidadão - PFDC para defesa de direitos de usuárias/os, ação de continuidade feita na gestão  
544 passada, diante da exclusão de usuários/as especialmente neste momento de pandemia; d)  
545 reunião com INSS junto com Fenasps/Conasf para reforçar posições do Cfess, foi enviado por  
546 ofício ao INSS; e) reunião entre grupo que acompanha a pauta INSS e grupo que acompanha  
547 pauta da assistência para dialogar sobre o Benefício de Prestação Continuada - BPC/LOAS para  
548 tratar da Medida Provisória nº 1023/2020 de alteração da renda; as revisões do BPC que  
549 continuam em plena Pandemia; as restrições de acesso às plataformas digitais;

550 pesquisa/testagem sobre o IFBr-M/avaliação da deficiência; propostas que colocam demandas  
551 administrativas do INSS para a Assistência Social; ataques que vêm sendo realizados nesse  
552 âmbito (responsáveis: Elaine, Zenite e Érika). Sobre o Benefício de Prestação Continuada  
553 (BPC) e Medida Provisória/MP 1023/2020 foi dito que a partir do contato com assessoria do  
554 Deputado Federal Daniel Almeida (PCdoB - BA) no qual ele questiona se o Cfess estaria  
555 acompanhando a tramitação da MP e desejaria encaminhar propostas de emenda. Na reunião  
556 da Comissão de Seguridade Social de 02/02/2021 dialogamos que emenda não seria a nossa  
557 proposta e que encaminharemos texto com o conteúdo que defendemos sobre o tema, tendo  
558 sido elaborado texto pela Comissão para evidenciar as bandeiras de luta relacionadas ao BPC,  
559 a defesa da imediata revogação desta medida e do restabelecimento dos efeitos da Lei nº  
560 13981/2020 que altera o critério econômico de concessão do BPC. O texto foi encaminhado ao  
561 deputado em 04/02/2021. Também há proposta de se pautar no Fórum Nacional de  
562 Trabalhadoras e Trabalhadores do Suas/Fntsuas, repercutir no Conselho Nacional de  
563 Assistência Social - CNAS, articular com a Fenasps, acompanhar a tramitação e realizar as  
564 articulações necessárias. Logo após, foi falado sobre o Fórum Nacional dos Trabalhadores do  
565 SUAS Fntsuas que retomou a pauta do BPC e estarão no GT de elaboração de uma nota do  
566 FNTSUAS sobre os diversos ataques ao BPC. Foi também informado que houve reunião no dia  
567 04/02/2021 ocasião que foram debatidos o CadÚnico e o BPC/LOAS. Na sequência foram  
568 feitas análises e apresentações acerca dos princípios e direção política que vem pautando a  
569 participação do Cfess na (i) Campanha da Renda Básica; na (ii) Política de Assistência Social  
570 e CadÚnico; (iii) Pauta da vacinação (Campanha Abrace a vacina, mobilizações nacionais,  
571 reunião com os CRESS e ações futuras). Foi falado ainda sobre a reunião com os Cress no dia  
572 29/01/2021, a definição de estratégias políticas conjuntas e apoio aos movimentos sociais e  
573 demais segmentos organizados da classe trabalhadora; (iv) das eleições e defesa do Conanda  
574 em que há articulação da sociedade civil para pensar estratégias em defesa do Conselho; (v)  
575 Fortalecimento do Fórum Nacional de Direitos da Criança e Adolescente – FNDCA que tem  
576 sido avaliado como um espaço importante de articulação dessa pauta e socializou-se  
577 informações sobre a assembleia de votação da nova coordenação dia 03/02 em Encontro  
578 Nacional. Foi solicitado que cabe reavaliar o retorno do Cfess nesse Fórum como entidade  
579 associada efetiva, pois o contexto atual é distinto daquele que suscitou a saída da entidade do  
580 espaço. Inicialmente foi apontado que para o Fndca o Cfess ainda consta na condição de  
581 entidade associada efetiva, cujo histórico institucional foi levantado pela conselheira Kelly  
582 Melatti que foi informada de que o Cfess contribuiu financeiramente com o Fórum de 2014 até

583 2016 (1000 reais em cada ano), mas que desde a gestão 2017-2020 não houve nenhum  
584 pagamento de anuidade, que ainda em 2017 o Cfess só registrou ofícios com a temática do  
585 Fndca com relação à convites para o Encontro Nacional e, ainda assim, declinando da  
586 participação; que no ano de 2018, por meio do ofício 123/2018 (anexo), informou ao Fndca que  
587 não iria contribuir financeiramente com o pagamento da anuidade, mas, não menciona nada  
588 sobre a saída do Fórum tão somente a importância da transparência e da prestação de contas;  
589 que foi identificada na ata do Conselho Pleno de dezembro de 2017 apenas um registro no item  
590 da comissão de seguridade social: "*A comissão opinou sobre o não pagamento da anuidade ao*  
591 *Fórum de Criança e Adolescente. Aprovado*". Assim, a Comissão de Seguridade Social opina  
592 que se o Pleno acatar a sugestão de retorno ao Fórum que opte pela quitação de débitos em  
593 aberto, pois não foi localizado ofício e nenhum outro registro que formalizasse a saída, embora  
594 o Cfess tenha deliberado sair do espaço e de fato não tenha mais participado. O Pleno deliberou  
595 pelo retorno. Encaminhamento: Enviar ofício ao Fndca com exposição de motivos justificando  
596 o retorno e a disposição do Cfess de construir esse espaço de resistência (responsável: Zenite);  
597 (vi) sobre a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde - FNCPS foi falada de ações, sendo  
598 enfatizado o X Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde com o tema:  
599 "FNCPS: 10 anos de luta pelo SUS 100% público, estatal e de qualidade e pela construção de  
600 uma outra sociedade", que será nos dias 12, 13, 18 e 19 de março de 2021 no formato virtual,  
601 devido ao cenário de pandemia da Covid-19. As atividades contarão com mesa de análise de  
602 conjuntura e mesas temáticas, além de debates sobre as lutas da FNCPS; (vii) a Frente Nacional  
603 em Defesa do Suas realizou reunião ampliada em 29/01 sobre a conjuntura de retrocessos do  
604 Suas e estratégias de ações conjuntas. Assim, foi indicado que no futuro a Comissão apresentará  
605 como ponto a retomada da discussão sobre a inserção do CFESS na Frente Nacional em Defesa  
606 do Suas e relação política neste campo; (viii) Fórum de Entidades Nacionais de Trabalhadores  
607 da Área da Saúde – Fentas realizará plenária virtual em 09/02; (ix) Conselho Nacional de Saúde  
608 (CNS) foi dito que foi deliberado calendário 2021 de reuniões da Mesa Diretora; da inserção  
609 na Campanha Abrace a Vacina; da realização de atividade sobre vacinação no Fórum Social  
610 Mundial; e das eleições do CNS no final de 2021, mas que o edital e calendário será debatido  
611 em março; (x) Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – FCFAS elaborou uma "Carta  
612 à sociedade" que aponta a necessidade de manter as medidas preventivas por toda a população  
613 neste momento em que a Campanha Nacional de Vacinação Contra a Covid-19 foi iniciada com  
614 o grupo prioritário; (xi) Sobre a organização e planejamento da Comissão foi informada que foi

615 definido que as reuniões acontecerão às terças-feiras, às 19h, na semana que antecede o Pleno,  
616 assim, foi realizada avaliação positiva sobre o alcance dos objetivos dessa Comissão; apontada  
617 a necessidade de ajustar a divisão de tarefas e incorporar novas representações; reforçar as  
618 estratégias de articulação e discussões com os Cress; proposta pauta de temas a serem debatidos  
619 com a Comunicação; e que cabe elaborar publicações sobre as ações e atividades do Cfess na  
620 Pandemia, em ação inter-comissões e não restrita à Seguridade Social. Com esse ponto, o Pleno  
621 foi encerrado às vinte e duas horas e trinta minutos (22h30min). No domingo, dia 07/02, às  
622 9h15min o Pleno foi retomado sob a coordenação: Beth Borges, que informou que seriam  
623 tratados pontos da DIRETORIA EXECUTIVA. O primeiro ponto apresentado foi o resultado  
624 do levantamento realizado junto a todas/o conselheiras/o sobre a possibilidade de oferecer  
625 algum tipo de Suporte às Comissões no contexto do Teletrabalho. Assim, foi apresentada a  
626 sistematização das necessidades de suportes materiais para atuação remota e outras demandas  
627 das/do conselheiras/o que desde a posse, em 15/05/2020 se organizaram para realizar a gestão  
628 do Cfess de forma remota durante a pandemia. Como parte das discussões foi apontado que  
629 esse levantamento foi muito importante e que levou à reflexão das condições para exercer a  
630 função de conselheiras/o e também das/os trabalhadoras/es. Encaminhamentos: 1)  
631 Levantamento dos equipamentos existentes no CFESS, considerando apontamento que alguns  
632 estão ultrapassados, com isso, identificar a necessidade de aquisição de novos materiais e  
633 inventariar quais desses equipamentos são fixos na sede e quais serão móveis, que permite o  
634 uso sob guarda com devolução ao Cfess (responsáveis: Dácia, Fran, Wilson e Lucas/Gleyton);  
635 2) Avaliar a possibilidade de organizar um “kit teletrabalho” com acessórios de informática  
636 para conselheiras/o e trabalhadoras/es (responsáveis: Dácia, Fran, Wilson e Lucas/Gleyton); 3)  
637 Verificar se há possibilidade de aquisição de uma “nuvem”, onde todas/os possam compartilhar  
638 arquivos referentes ao CFESS/ ou outros dispositivos de memória (responsáveis Dácia, Fran,  
639 Wilson/Wescley); 4) Projetar a produção de banners físicos, para que seja disponibilizado para  
640 o trabalho de conselheiras/o de modo a permitir a identidade visual do Cfess, em caso de  
641 participação de eventos presenciais e à distância (responsáveis: Emilly, Diogo e Rafael); 5)  
642 Produção de tela de fundo com identidade visual e logomarca do Cfess para participação em  
643 eventos online (responsáveis: Emilly, Diogo e Rafael). O ponto seguinte se referiu a  
644 Organização da atuação de conselheiras/o na Gestão por meio de Comissões, grupos de trabalho  
645 e representações externas. Foi apontado debate referente ao elevado número de demandas (GTs;  
646 Comissões; Representações) e de remanejamento das/o conselheiras para assegurar qualidade  
647 de participação. Refletiu-se que há necessidade de conciliar as condições das/o conselheiras/o

648 e as demandas da entidade e de se avaliar as representações (internas/externas) e a participação  
649 nas comissões e Gts. Também quanto a necessidade de se avaliar se, de fato, é necessário que  
650 as reuniões de comissões devam ocorrer no mesmo período do Pleno, por isso, cabe analisar a  
651 dinâmica interna das comissões visando aprimorar o funcionamento. Foi recuperado que para  
652 iniciar a gestão, o grupo se organizou por Comissões e definiu que posteriormente essas  
653 participações seriam avaliadas, sobretudo, porque houve conselheiras que ingressaram em três  
654 comissões. Das avaliações das atuações, alguns remanejamentos foram propostos: 1) COFI:  
655 Saída de Priscila e Emily; 2) COMUNICAÇÃO: Saída de Dácia; 3) SEGURIDADE SOCIAL:  
656 ampliar as representações externas/de base (próximo debate no Pleno) e pensar no indicativo  
657 de participação no Fórum DCA e no Conanda após eleições; 4) ÉTICA: essa Comissão é  
658 reduzida e foram mantidas todas as integrantes; 4) ADM FIN: foram mantidas todas as  
659 integrantes, mas cumpre registrar que desde o restabelecimento do espaço da Diretoria  
660 Executiva que Beth não integra mais esta Comissão. Encaminhamento: Atualizar quadro de  
661 representações na página do Cfess da Cofi e da Comunicação (responsáveis: Sandra e  
662 Diogo/Rafael). Na sequência, foi iniciado o debate sobre o Documento de Identidade  
663 Profissional (DIP) em que de modo breve foram relatados a situação até o momento, sobretudo  
664 como é algo público, uma série de erros e atrasos na produção que se tornou um grande  
665 problema junto a categoria, assim, urgem providências com o intuito de regularizar a entrega  
666 desse documento, pois atualmente há um passivo a ser resolvido. Sendo apontada a fragilidade  
667 na relação com a IMPLANTA, cujos retornos têm sido insatisfatórios em relação a efetividade  
668 e resolutividade nos encaminhamentos, uma vez que na linha do tempo, os problemas  
669 aumentam em todas os Regionais, logo, urge qualificar essa prestação de serviços. Também o  
670 aumento da insatisfação da categoria em relação ao DIP tem resultado numa identificação do  
671 CFESS como responsável pelas dificuldades em receber o documento e judicialização como  
672 meio para recepção do mesmo com algumas ações que já resultaram em multas devido a demora  
673 na entrega desse documento à/ao profissional. Assim, foram debatidas algumas possibilidades  
674 de tratativas, com o propósito de o Cfess restabelecer a qualidade do atendimento a categoria,  
675 pois o Registro é uma das funções precípua do Conselho, assim, serão realizadas uma série de  
676 ações com o propósito de resolver a situação do DIP para que deixe de ser um problema para o  
677 Conjunto. Encaminhamentos: 1) O GT DIP encaminhará ações para eliminar os documentos  
678 que estão atrasados, pois já se tornou um passivo, sendo certo que pode resultar em alguns  
679 custos para regularizar essa demanda; 2) Solicitação para a assessoria jurídica de análise dos

680 termos de contrato com a Implanta para orientar os encaminhamentos possíveis; 3) Avaliação  
681 das necessidades relacionadas ao uso de TI considerando as demandas do Cfess já existentes,  
682 mas também as demandas oriundas do processo de implantação da Gestão Documental e da Lei  
683 Geral de Proteção de Dados – LGPD (responsáveis: Dácia e Kelly). Por último, foi discutida a  
684 denúncia encaminhada por email para o Cfess por um grupo de trabalhadores de um dos  
685 Regionais, que aponta questões de natureza trabalhista; ética e da gestão administrativa, assim,  
686 foi avaliada a necessidade de se adotar encaminhamentos específicos para cada um desses  
687 aspectos. Encaminhamento: 1) Solicitar manifestação jurídica aos três assessores sobre as  
688 responsabilidades e competências do CFESS diante dos fatos relatados e encaminhados  
689 (responsável: Beth); 2) responder para o remetente o recebimento do e-mail (responsável:  
690 Beth/Sandra); 3) indicativo de instauração de Pleno Extraordinário se necessário deliberar  
691 encaminhamentos a partir orientação das assessorias jurídicas (responsável: Beth). Encerrado  
692 esse ponto, foi indicado o término da reunião do Conselho Pleno, com a conselheira presidente  
693 Maria Elizabeth Santana Borges tecendo as considerações finais e, não havendo mais o que  
694 tratar, deu a mesma por encerrada às quinze horas e dez minutos (15h10min|) com  
695 agradecimento a participação e qualidade dos debates realizados ao longo da jornada de quatro  
696 dias. Nada mais havendo a tratar, na condição de Secretária, eu, Dácia Cristina Teles Costa,  
697 lavrei a presente ata, que assino em conjunto com a Presidenta do Conselho.

698  
699

Brasília, 07 de fevereiro de 2021.

**Maria Elizabeth Santana Borges**  
Presidente

**Dácia Cristina Teles Costa**  
1ª Secretária